



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Notícia de Fato nº 01.2021.00003668-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL por meio do Promotor de Justiça *in fine* assinado, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CHAVAL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 30.845.894/0001-81, representado pelo Secretário de Educação, Sr. MAURÍCIO MELO MENDES, CPF 017.338.413-77, com fulcro no art. 5º, § 6º da Lei n.º 7.347/85, assinam o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público, por determinação constitucional, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais se insere o direito à educação, devendo zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 127 e 129, inciso II, da CF; art. 6º, inciso IV, da Lei Complementar nº. 25/98);

CONSIDERANDO que é dever do Administrador Público a observância aos princípios administrativos insertos no art. 37, caput, da Constituição Federal, mormente o da moralidade e legalidade administrativas;

CONSIDERANDO que a atuação em conformidade com esses princípios guia o administrador público para a realização do bem comum;

CONSIDERANDO o art. 5º, caput, c/c o art. 6º, ambos da Constituição da República, que garantem a todos os indivíduos o direito à educação;



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Promotoria de Justiça de Chaval e Vinculada de Barroquinha

CONSIDERANDO que as ações e serviços de educação são de relevância pública, sendo função institucional do Ministério Público zelar pelo seu efetivo respeito, devendo tomar todas as medidas judiciais ou extrajudiciais, necessárias para preservá-los (art. 129, II e III c/c art. 197, CF e art. 5º, V, alínea "a", da Lei Complementar nº 75/93);

A SECRETARIA DE SAÚDE DE CHAVAL COMPROMETE-SE A:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Para efeito de ampliação anual e temporária da carga horária dos professores concursados com 20h semanais, até a decisão final transitada em julgado na ACP 0002434-93.2012.8.06.0067, serão adotados os seguintes critérios objetivos:

1. GANHO DE PONTOS

- I – Tempo de efetivação no concurso público. (0,5 pontos a cada 05 anos)
- II – Aprovação em processo seletivo simplificado anterior ao ato de ampliação, para professor em sua área de atuação, limitado a duas aprovações nos últimos 05 anos. (01 ponto)
- III – Diploma de Graduação. (01 ponto)
- IV – Diploma de Especialização na área da educação. (01 ponto)
- IV - Realização de curso de extensão nos últimos 3 anos de no mínimo 40 horas no máximo 4 cursos. (0,75 ponto por curso).

2. PERCA DE PONTOS

- V – Infrequência nas formações do programa MAIS PAIC (a cada falta, no ano anterior ao ato de ampliação, será descontado 0,5 pontos)
- VI – Advertências por escrito no ano anterior ao pleito da ampliação ou até a data do processo (1 ponto)

CLÁUSULA SEGUNDA: Das condições para ampliação:

- VI – Após a ampliação o professor só poderá ser lotado dentro do nível de ensino ou disciplina para a qual está legalmente habilitado.
- VII – O professor só poderá ser ampliado para atender as carências de sala de aula, não podendo ser lotado em funções técnicas.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Promotoria de Justiça de Chaval e Vinculada de Barroquinha

CLÁUSULA TERCEIRA: Que a partir do ano de 2022, a Secretaria Municipal de Educação de Chaval, se compromete a aumentar a quantidade de beneficiados com a ampliação de carga horária de 17 (dezessete) para 20 (vinte) professores.

CLÁUSULA QUARTA: As cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento constituem obrigação de fazer, e o descumprimento de qualquer uma delas ensejará o pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por cada uma das cláusulas em caso de descumprimento, que incidirá no patrimônio pessoal do Secretário Municipal, o qual é responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas avençadas, devendo ser revertido ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 46 de 15 de julho de 2004.

CLÁUSULA QUINTA: fica eleito o foro da Comarca de Chaval e Vinculada de Barroquinha para dirimir as questões relativas ao presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Rodrigo Coelho Rodrigues de Oliveira
Promotor de Justiça


Maurício Melo Mendes
Secretário de Educação de Chaval